

## LÍNGUA PORTUGUESA

## TEXTO – COMO PREVENIR DOENÇAS GENÉTICAS

Marcello Valle

Para alguns casais, gerar uma criança é uma decisão ética. Alguns são portadores de doenças genéticas e temem que seus filhos sofram do mesmo problema. São problemas como hemofilia, distrofia muscular, anemia falciforme e alterações ligadas ao fator Rh. Entretanto, há uma técnica que permite gerar bebês saudáveis. Trata-se do Diagnóstico Genético Pré-Implantação (ou PGD).

Essa técnica foi desenvolvida há uma década por pesquisadores londrinos e não foi bem recebida de imediato, pois criava impasses éticos. Via-se no PGD uma maneira de os pais controlarem o perfil genético e escolherem o sexo do futuro bebê.

Hoje, o PGD é totalmente aceito, inclusive no Brasil, e é uma forma precoce de diagnóstico pré-natal. É feito por meio de uma biópsia do embrião no seu terceiro dia de vida para detectar possíveis doenças. É um procedimento tecnicamente desafiador, que exige um bom entendimento de embriologia e biologia molecular.

O PGD associa métodos aplicados em reprodução assistida às técnicas de investigação genética. A biópsia do embrião inicial (entre seis e dez células) permite o estudo genético de uma única célula, possibilitando a transferência de embriões normais para as características testadas.

No Brasil, o Código de Ética do Conselho Federal de Medicina não permite a seleção sexual do embrião. Entretanto, especificamente no caso de haver doença genética ligada ao sexo (como hemofilia), é possível identificar os embriões masculinos e femininos, transferindo apenas o sexo que não tem possibilidade de ter a doença. O PGD é também indicado em casos de gravidez tardia, em especial nas gestantes acima de 35 anos. Quanto maior a idade, mais chance de dar à luz bebês com problema genéticos e de sofrer aborto espontâneo

1. "Para alguns casais, gerar uma criança é uma decisão ética"; a forma de reescrever-se essa frase com alteração de seu sentido é:
  - (A) Para alguns casais, é uma decisão ética gerar uma criança,
  - (B) Gerar uma criança, para alguns casais, é uma decisão ética;
  - (C) É uma decisão ética, para alguns casais, gerar uma criança;
  - (D) É uma decisão ética gerar uma criança para alguns casais;
  - (E) Gerar uma criança é uma decisão ética, para alguns casais
2. Se a decisão é "ética" ele interfere com valores:
  - (A) econômicos;
  - (B) políticos;
  - (C) morais;
  - (D) religiosos;
  - (E) sociais.

3. "Essa técnica foi desenvolvida há uma década por pesquisadores londrinos e não foi bem recebida de imediato, pois criava impasses éticos. Via-se no PGD uma maneira de os pais controlarem o perfil genético e escolherem o sexo do futuro bebê"; o comentário INCORRETO sobre esse segmento do texto é:
  - (A) a técnica aludida é a do PGD;
  - (B) a técnica vem sendo desenvolvida por dez anos;
  - (C) o impasse ético aludido é o do controle genético,
  - (D) escolher o sexo do futuro bebê não é visto como um fato positivo;
  - (E) a técnica do PGD demorou um pouco a ser aceita
4. O PGD é "uma forma precoce de diagnóstico pré-natal"; isso significa que o PGD:
  - (A) ainda não está totalmente desenvolvido;
  - (B) identifica bem cedo problemas do embrião;
  - (C) é feito com a finalidade de antecipar o nascimento do bebê;
  - (D) indica problemas do bebê pouco antes do nascimento;
  - (E) alerta para o caso de o bebê nascer antes do momento previsto.
5. "É um procedimento tecnicamente desafiador"; esta afirmação se justifica porque.
  - (A) o PGD exige bom preparo dos profissionais;
  - (B) é um procedimento ainda bastante novo;
  - (C) se trata de um procedimento não totalmente conhecido;
  - (D) a técnica deve ser adquirida em tempo recorde;
  - (E) o PGD é realizado com risco de morte da paciente grávida.
6. "o Código de Ética do Conselho Federal de Medicina **não permite a seleção sexual do embrião**"; a forma em negrito equivale à forma "proíbe". A alternativa em que a equivalência apontada está ERRADA é:
  - (A) não trabalha aos domingos = descansa aos domingos;
  - (B) não aceita trabalhar pesado = recusa trabalho pesado;
  - (C) não intervém na briga = participa da briga;
  - (D) não falou diante do juiz = emudeceu diante do juiz.
  - (E) não sabe a verdade = ignora a verdade.
7. "aborto espontâneo", referido na última linha do texto, é aquele que:
  - (A) ocorre sem que tenha sido provocado;
  - (B) é causado por medicamentos específicos;
  - (C) é fruto da vontade da gestante;
  - (D) acontece em casos de perigo de vida para a gestante;
  - (E) é provocado exclusivamente pelo próprio embrião

8. "espontâneo" é palavra grafada com S; a alternativa abaixo que mostra uma palavra erradamente grafada é:
- (A) misto;
  - (B) sesta;
  - (C) estender;
  - (D) esplêndido;
  - (E) estinguir.
9. O principal objetivo deste texto deve ser:
- (A) causar interesse nos leitores pela seleção do sexo dos bebês;
  - (B) criticar certas posições retrógradas de nossas autoridades médicas;
  - (C) informar os leitores sobre questões médicas;
  - (D) analisar questões sobre o ponto de vista social;
  - (E) provocar suspense por meio de ocultamento de dados.
10. "Hoje o PGD é totalmente aceito, inclusive no Brasil"; esta frase significa que o PGD é aceito:
- (A) em todos os países, até mesmo no Brasil;
  - (B) sem restrições, mesmo no Brasil;
  - (C) em todos os lugares, exceto no Brasil;
  - (D) de forma ampla e em todos os países, até no Brasil;
  - (E) no Brasil, mesmo que não totalmente.

## ARQUIVOLOGIA

11. No Brasil, a partir da década de 1980, inicia-se o processo de modernização do Arquivo Nacional aplicando-se mudanças no modelo de arquivo histórico tradicional com a inclusão:
- (A) dos arquivos correntes e intermediários da administração federal;
  - (B) da noção de fundo de arquivo;
  - (C) dos acervos de arquivos;
  - (D) dos arquivos públicos e privados;
  - (E) de coleções de documentos.
12. Quando o Arquivo Nacional decidiu que faria o recolhimento e/ou a transferência dos documentos produzidos e/ou acumulados pelo Poder Executivo do governo federal estava definindo a sua:
- (A) linha de acervo,
  - (B) estratégia administrativa,
  - (C) linha administrativa;
  - (D) política federal;
  - (E) linha de fundos
13. Suponha que um arquivista se depare com um imenso volume de documentos acumulados em um depósito de uma distribuidora de gás de cozinha. Os documentos se encontram em péssimo estado de conservação, alguns dentro de sacos plásticos, outros amarrados e muitos soltos pelo local. Ao fazer o levantamento desses documentos, o arquivista identifica a existência de balancetes mensais, guias de arrecadação, folhas de pagamento, cadastro de fornecedores, livros-razão, todos originais e produzidos pela distribuidora de gás. O arquivista conclui que tais documentos são:
- (A) um conjunto de documentos de arquivo do escritório de contabilidade que presta serviços à distribuidora de gás,
  - (B) um conjunto de documentos de arquivo relacionados à administração financeira da distribuidora de gás;
  - (C) uma coleção de documentos do centro de documentação da empresa;
  - (D) um conjunto de documentos contábeis de valor legal;
  - (E) um conjunto de documentos relacionados aos fornecedores da distribuidora de gás.
14. De acordo com o Decreto n.º 1.173, de 29 de junho de 1994, o órgão central do SINAR é:
- (A) CONEARQ;
  - (B) Arquivo Nacional;
  - (C) Biblioteca Nacional;
  - (D) Ministério do Planejamento;
  - (E) CONARQ.
15. Nos últimos quarenta anos, três projetos de Sistema Nacional de Arquivos foram produzidos pelo Governo Federal do Brasil (1962, 1978 e 1994), através do Arquivo Nacional. Isso reflete um ciclo de instituição e falência de tais sistemas estabelecidos no âmbito do Estado. No ano de 2003, o SINAR encontrava-se:
- (A) implantado e em plena atividade;
  - (B) extinto;
  - (C) em vigor, apenas no Rio de Janeiro;
  - (D) em vigor e implantado no Rio de Janeiro e em São Paulo;
  - (E) em vigor, embora não implantado.
16. Em meados do século XIX, o documento triunfa. Esse triunfo coincide com o do texto, segundo Fustel de Coulange citado por Le Goff. A partir disso, todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento. Samaran afirma: "Não há história sem documento" Estas assertivas refletem um pensamento da escola:
- (A) marxista;
  - (B) positivista,
  - (C) estruturalista;
  - (D) idealista;
  - (E) arquivista.
17. A Arquivística Integrada significa:
- (A) tratamento único das três idades e integração intelectual dos procedimentos;
  - (B) reunião das idades corrente, intermediária e permanente em uma única idade;
  - (C) tratamento diferenciado em cada idade;
  - (D) reunião de arquivos públicos e privados;
  - (E) tratamento idêntico para todo e qualquer tipo de arquivo.
18. Para Malheiro da Silva, a questão metodológica é crucial para o conhecimento arquivístico. A maneira de se conhecer a realidade arquivística é representá-la como objeto cognoscível, que poderá ser investigado cientificamente por meio de um dispositivo metodológico. O método arquivístico de investigação científica proposto por Malheiro da Silva é baseado no:
- (A) princípio da proveniência;
  - (B) respeito aos fundos;
  - (C) método quadripolar de De Bruyne, Herman e Schoutheete;
  - (D) método histórico;
  - (E) estudo da origem dos arquivos.

19. Para que um documento faça seu percurso natural de vida, isto é, da produção e trâmite administrativo à utilização científica e cultural, suas potencialidades devem ser reveladas pelo arquivista a quem cabe, entre outras, as seguintes funções:
- identificar, descrever, indexar;
  - selecionar, interpretar, explicar;
  - identificar, descrever, explicar;
  - legislar, descrever, indexar;
  - identificar, explicar, interpretar.
20. Toda informação registrada em um suporte material, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprova fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar é o que denominamos de:
- documento de arquivo;
  - documento de biblioteca;
  - documento institucional;
  - documento;
  - documento administrativo.
21. Os documentos de arquivo podem ser caracterizados segundo seu aspecto formal e definidos em razão da natureza dos atos que lhes deram origem, bem quanto à forma de registro dos atos. Estas características sinalizam:
- o gênero;
  - a organicidade;
  - a espécie;
  - o tipo;
  - a unicidade.
22. Quanto à entidade produtora, os arquivos se classificam em:
- públicos e privados;
  - históricos e probatórios;
  - comerciais e institucionais;
  - públicos e comerciais;
  - privados e institucionais.
23. De acordo com a lei que regulamenta as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, podemos destacar como atribuições dos arquivistas:
- planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
  - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição dos documentos;
  - classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos;
  - recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação;
  - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos.
- Estão corretas as afirmativas:
- I, II e III;
  - II, III e IV;
  - III e IV;
  - II e III;
  - I, II e V.
24. Dados ou informações cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são considerados originalmente:
- Ostensivos;
  - Sigilosos;
  - Reservados;
  - Confidenciais;
  - Secretos.
25. Os prazos de classificação segundo o grau de sigilo poderão, de acordo com a legislação em vigor, ser prorrogados da seguinte forma:
- duas vezes, por igual período;
  - quantas vezes forem necessárias, por igual período;
  - uma vez, por igual período;
  - indefinidamente;
  - três vezes, por igual período.
26. De acordo com a Lei que regula a microfilmagem de documentos oficiais ficou estabelecido que os documentos microfilmados poderão, a critério da autoridade competente, ser eliminados, exceto aqueles que tenham valor:
- probatório;
  - legal;
  - fiscal;
  - histórico;
  - administrativo.
27. São considerados documentos intermediários:
- aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas freqüentes;
  - os de valor histórico, probatório e informativo que devem ser preservados definitivamente;
  - os produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas;
  - os de interesse público e social;
  - aqueles que, por razões de interesse administrativo, aguardam sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

28. O órgão que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados e exercer orientação normativa, visando à gestão documental e à proteção especial dos documentos de arquivo é:
- (A) Arquivo Nacional,
  - (B) SINAR – Sistema Nacional de Arquivos;
  - (C) Casa Civil da Presidência da República;
  - (D) CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos;
  - (E) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
29. Os acervos documentais a serem transferidos ou recolhidos às instituições arquivísticas públicas pelos órgãos e entidades do Poder Público deverão estar:
- (A) organizados, avaliados, higienizados, acondicionados e descritos;
  - (B) organizados, classificados, arranjados, acondicionados e descritos;
  - (C) avaliados, classificados, higienizados, arranjados e descritos;
  - (D) organizados, arranjados, avaliados, acondicionados e descritos,
  - (E) classificados, higienizados, arranjados, organizados e descritos
30. Em cada órgão ou entidade da Administração Pública Federal será constituída uma comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de.
- (A) orientar e realizar o processo de organização, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação;
  - (B) orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação;
  - (C) orientar e realizar o processo de classificação, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação;
  - (D) orientar e realizar o processo de classificação, descrição e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação;
  - (E) orientar e realizar o processo de avaliação, descrição e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação.

**REGISTROS EM SAÚDE**

31. Dentre os principais objetivos de um Serviço de Registros e Informações em Saúde podemos destacar:

- I. Contribuir para a prestação da melhor assistência possível ao paciente, assegurando que seu prontuário único seja exato, confidencial e acessível;
- II. Proporcionar à direção da unidade de saúde informações sobre todos os setores da instituição;
- III. Prover os níveis hierárquicos superiores com indicadores de saúde necessários para a gerência e planejamento;
- IV. Providenciar o atendimento do paciente;
- V. Zelar pela proteção dos interesses legais do paciente, do corpo clínico e da instituição.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) I, II e V;
- (B) I, III e V;
- (C) II, III e V;
- (D) I, III e IV;
- (E) II, IV e V.

32. Quanto à estrutura interna, um Serviço de Registros e Informações em Saúde compõe-se de três setores:

- (A) Registro, Arquivo Médico, Protocolo;
- (B) Registro, Arquivo Intermediário, Estatística;
- (C) Arquivo Médico, Comissão de Revisão de Prontuário, Estatística;
- (D) Arquivo Médico, Comissão de Revisão de Prontuário, Protocolo;
- (E) Registro, Arquivo Médico, Estatística.

33. Dentre um conjunto de atribuições da seção de Arquivo Médico, destacam-se:

- I. recebimento, conferência, ordenação, análise e arquivamento dos prontuários;
- II. custódia dos prontuários;
- III. localização e fornecimento dos prontuários para consultas de ambulatório, emergência, unidades de internação, estudos e pesquisa;
- IV. registro do paciente na unidade de saúde, abertura de prontuários e encaminhamento dos pacientes;
- V. recebimento, conferência e resumo do censo diário.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) I, II, IV;
- (B) I, III, IV;
- (C) I, II, V;
- (D) I, II, III;
- (E) I, III, V.

34. Embora não exista uma norma específica, somente é obrigatória a abertura de prontuário para o recém-nascido quando:

- (A) a criança necessita ficar internada no hospital, após a mãe ter recebido alta;
- (B) a mãe necessita ficar internada no hospital;
- (C) a mãe e a criança necessitam ficar internadas no hospital;
- (D) o hospital possui serviço de pediatria;
- (E) o hospital possui serviço de obstetrícia e pediatria.

35. Os formulários dos prontuários de ambulatório devem ser ordenados obedecendo-se à seguinte seqüência:

- (A) Resultados de exames, anamnese e exame físico, folha de identificação, prescrição médica e evolução;
- (B) Anamnese e exame físico, resultados de exames, folha de identificação, prescrição médica e evolução;
- (C) Folha de identificação, anamnese e exame físico, resultados de exames, evolução e prescrição médica;
- (D) Folha de identificação, resultados dos exames, anamnese e exame físico, evolução e prescrição médica;
- (E) Resultados de exames, anamnese e exame físico, evolução, prescrição médica, folha de identificação.

36. O registro do prontuário médico pode ser feito por meio de sistemas de numeração. Um dos sistemas a que nos referimos é o sistema unitário que consiste em:

- (A) conceder ao paciente um novo número de registro a cada vez que procurar os serviços de uma unidade de saúde;
- (B) conceder ao paciente um número de registro que deve ser mantido independentemente do número de vezes que retornar a unidade de saúde;
- (C) conceder ao paciente um número de registro provisório;
- (D) conceder ao paciente um número de registro novo a cada vez que procurar os serviços de uma unidade de saúde e reunir aos já existentes;
- (E) conceder ao paciente um número de registro seqüencial.

37. A Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.638/2002, que define o prontuário médico, atribui-lhe os seguintes caracteres:

- (A) legal, sigiloso e científico;
- (B) legal, sigiloso e corrente;
- (C) sigiloso, científico e corrente;
- (D) legal, sigiloso e administrativo;
- (E) sigiloso, científico e administrativo.



38. O dever da guarda do prontuário médico compete:

- (A) ao paciente;
- (B) ao responsável pelo paciente;
- (C) à instituição de saúde;
- (D) ao serviço de registro e matrícula;
- (E) ao serviço de estatística e informações.

39. Para o armazenamento e a eliminação de documentos do prontuário devem prevalecer os critérios:

- (A) médico-científicos, históricos e sociais;
- (B) médico-científicos, culturais e sociais;
- (C) históricos, sociais e probatórios;
- (D) sociais, culturais e probatórios;
- (E) médico-científicos, sociais e probatórios.

40. Observar os itens que deverão constar obrigatoriamente do prontuário confeccionado em qualquer suporte é competência:

- (A) da instituição de saúde;
- (B) da comissão de revisão de prontuários;
- (C) da comissão permanente de avaliação de documentos;
- (D) do serviço de arquivo médico;
- (E) do conselho hospitalar.

41. Nos prontuários em suporte papel é obrigatório observar os seguintes itens:

- I a legibilidade da letra;
- II a identificação dos profissionais prestadores do atendimento;
- III a assinatura do paciente;
- IV a assinatura do médico e o número do CRM;
- V a assinatura dos parentes do paciente.

Estão corretas as afirmativas.

- (A) I, II e III;
- (B) I, II e V;
- (C) II, III e IV;
- (D) I, II e IV;
- (E) I, III e V.

42. Os dados que compõem o prontuário médico são informações que pertencem:

- (A) ao médico;
- (B) ao paciente;
- (C) à instituição de saúde;
- (D) ao arquivo médico;
- (E) ao serviço de registro.

43. O Conselho Federal de Medicina, por meio da Resolução nº 1.639/2002, resolveu estabelecer um prazo para a preservação dos prontuários médicos em suporte papel. Este prazo é de:

- (A) 10 anos, a partir do último registro;
- (B) 20 anos, a partir do último registro;
- (C) 25 anos, a partir do último registro;
- (D) 30 anos, a partir do último registro;
- (E) 100 anos, a partir do último registro

44. Findo o prazo mínimo de preservação dos prontuários em suporte papel e considerando o valor secundário que os mesmos podem ter, a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.639/2002 resolveu que:

- (A) devem ser eliminados parcialmente;
- (B) devem ser todos preservados;
- (C) devem ser preservados por amostragem;
- (D) devem ser preservados em sua totalidade;
- (E) não devem ser preservados por amostragem.

45. Segundo o Conselho Nacional de Arquivos, consideram-se como requisitos necessários para o desenvolvimento do processo de avaliação de prontuários de pacientes:

- I. Conhecer os objetivos, a estrutura e o funcionamento da instituição;
- II. Conhecer a organização dos conjuntos documentais a serem avaliados, incluídos os métodos de classificação adotados, bem como sua importância para fins de prova, de informação, e de estudos e pesquisas;
- III. Conhecer a terminologia e os procedimentos da área médica, bem como suas especialidades;
- IV. Conhecer os métodos e sistemas de arquivamento do prontuário médico;
- V. Conhecer a legislação pertinente à concessão de direitos relativos aos indivíduos portadores de necessidades especiais e de doenças graves e terminais.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II, III, V;
- (B) I, II, IV, V;
- (C) I, II, III, IV;
- (D) II, III, IV, V;
- (E) I, III, IV, V.

46. No que se refere ao estabelecimento da temporalidade e destinação final dos prontuários de pacientes, compete à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos:

- I. determinar o sistema de numeração;
- II. determinar o método de arquivamento;
- III. identificar os valores primário e secundário, segundo o potencial de uso;
- IV. analisar os conjuntos documentais, determinando os respectivos prazos de guarda e destinação;
- V. estabelecer critérios de análise e avaliação dos documentos e sua destinação final.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III;
- (B) II, III e IV;
- (C) I, III e IV;
- (D) II, IV e V;
- (E) III, IV e V.

47. A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos estabelecida para avaliar os prontuários de pacientes deverá ser constituída por uma equipe multiprofissional da instituição detentora do acervo e dentre os membros deverá constar um representante:
- (A) da Diretoria;
  - (B) da Comissão de Ética Médica;
  - (C) da Comissão de Revisão de Prontuários;
  - (D) do Conselho Nacional de Arquivos;
  - (E) do Conselho Federal de Medicina.
48. O Setor de Estatística de um Serviço de Registros e Informações em Saúde é responsável, dentre outras atividades, por:
- (A) organizar os registros;
  - (B) divulgar informações referentes à produção dos registros de saúde;
  - (C) controlar a conservação dos documentos;
  - (D) anexar os laudos e exames complementares;
  - (E) preparação de certidões para pacientes.
49. Dentre os métodos de numeração o mais comumente utilizado para designar o número de matrícula dos pacientes em instituições de saúde de pequeno porte, como postos de saúde e centros de saúde, é o método de:
- (A) numeração familiar;
  - (B) números consecutivos;
  - (C) numeração por data de nascimento;
  - (D) numeração de documento de identidade;
  - (E) numeração alfanumérica.
50. O método de arquivamento que possibilita a localização do prontuário de maneira mais rápida, segura e eficiente é o:
- (A) alfabético;
  - (B) numérico;
  - (C) dígito-terminal;
  - (D) dígito-terminal simples;
  - (E) dígito-terminal composto.